

TESTE DE *IMPAIRMENT*: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE COMÉRCIO DE CEREAIS.

IMPAIRMENT TEST: CASE STUDY ON A CEREAL TRADING COMPANY.

Diego Guimarães Pereira

Acadêmico do 8º Semestre do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ

Email: diego.gpereira@hotmail.com

André Da Rosa Pereira

Professor Mestre do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ

Email: andrerpereira@terra.com.br

Resumo: O estudo apresenta o tratamento prático do Teste de *Impairment*, enfatizando os impactos econômicos sobre os Demonstrativos Financeiros em uma empresa cerealista. Surgindo no Brasil através da Nova Lei das Sociedades por Ações com o nome de Teste de Recuperabilidade de Ativos, essa nova ferramenta de cunho contábil acabou gerando muitas dúvidas entre Auditores e demais profissionais da área, principalmente por se tratar de um assunto extremamente novo no país, tornando-se um ponto de discussão de grande interesse no ambiente acadêmico. O Teste de *Impairment* consiste em uma ferramenta contábil capaz de evidenciar e mensurar perdas na capacidade de recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados, onde a perda é caracterizada pela existência de uma maior diferença do custo de aquisição depreciado do ativo sobre seu valor recuperável mediante venda ou uso. O presente trabalho contém aspectos teóricos que fundamentam a aplicação do teste, considerando os aspectos legais e os princípios contábeis que se relacionam a sua execução, visando aprofundar conhecimentos sobre o assunto abordado e com isso diminuir dúvidas existentes sobre o mesmo. No decorrer do artigo apresenta-se a aplicação e o desenvolvimento prático dessa ferramenta através da realização de um estudo de caso, onde buscou-se identificar a necessidade de reconhecimentos de perdas por *Impairment*, utilizando como metodologia uma pesquisa documental em caráter qualitativo. Ao final observou-se a grande importância que o teste possui para os profissionais da área contábil e para as empresas enquanto ferramenta de mensuração de ativos, garantindo maior qualidade nas informações contidas nos demonstrativos divulgados pelas organizações empresariais.

Palavras-chave: Teste de *Impairment*. Valor Recuperável. Mensuração de Ativos. Impactos Econômicos.

Abstract: The study presents the practical treatment of the Impairment Test, emphasizing the economic impacts about the Financial Statements in a cereal company. Appearing in Brazil through the New Corporation law named Impairment Test of Assets, this new tool has raised many questions from auditors and other professionals, mainly because it is an extremely new subject being discussed in this country, having turned into a subject of great interest in the academic environment. The Impairment Test consists of an accounting tool that is able to enhance and measure impairment in the ability to recover the carrying value of fixed assets, where the loss is characterized by the existence of difference to the higher acquisition cost of the asset depreciated over its recoverable amount through sale or use. This work contains the theoretical aspects underlying the application of the test, considering the legal and accounting principles that relate to its execution, to deepen knowledge about the subject matter and thus settle doubts about it. Throughout the paper presents the development and practical application of this tool by conducting a case study where we sought to identify the need for recognition of impairment losses, using a methodology in qualitative research document. At the end we could see the great importance that the test has for accounting professionals and businesses as a tool for measuring assets, ensuring higher quality of the information in statements disseminated by business organizations.

Keywords: Impairment Test. Recoverable Amount. Measurement of Assets. Economic Impacts.

1. Introdução

Notoriamente o momento que se vive é a era da informação e da comunicação, principalmente no ambiente empresarial e no mercado de negócios. Ações tomadas por empresas são difundidas imediatamente no mercado econômico-financeiro mundial, e sob a forma de informações apresentam conseqüências positivas ou negativas instantâneas para e nas organizações.

A Ciência Contábil, uma das principais linguagens no meio de informações para a realização de negócios, passa então mundialmente pela harmonização de seus procedimentos,

técnicas e demonstrativos através do *International Financial Reporting Standard* (IFRS) do *International Accounting Standards Board* (IASB), visando adequar-se a este novo ambiente comercial.

No Brasil a adoção ao Padrão Internacional de Contabilidade (IFRS) surge oficialmente com a aprovação da Lei 11.638/07, precedida pela formação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), trazendo consigo entre as várias mudanças instituídas nos procedimentos e técnicas contábeis uma nova ferramenta de mensuração de ativos, o Teste de Recuperabilidade de Ativos normatizado pelo Pronunciamento 01 R1 do CPC.

Devido a esta e outras diversas alterações advindas com a nova regulamentação, bem como em consequência da grande abrangência da mesma muitas dificuldades operacionais surgiram por parte dos Contadores, Auditores e demais profissionais da área contábil. Para se ter idéia da complexidade e da amplitude do processo de adoção ao Padrão Internacional de Contabilidade, o alcance das novas regras contábeis brasileiras produzidas pela Lei 11.638/07 abrangeu tanto Companhias de Capital Aberto como as caracterizadas como Sociedades de Grande Porte, e através da Resolução nº 1.255/2009 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) estendeu-se também para as pequenas e médias empresas, porém com um tratamento relativamente diferenciado.

Em meio a este contexto de mudanças o Teste de Recuperabilidade passa a ser uma importante ferramenta de evidenciação de informações contábeis também no Brasil, possibilitando que os Demonstrativos Financeiros divulgados representem a real e atual situação econômica das organizações. Seguindo o *International Financial Reporting Standards*, as novas regras definem que os ativos imobilizados da entidade não podem mais ser registrados contabilmente em valores superiores ao recuperável para a empresa mediante venda ou uso.

Estes ativos são resultado da necessidade da organização desembolsar valores e realizar investimentos na aquisição de máquinas, equipamentos, veículos, construção ou aquisição de edificações e instalações, efetuando a formação de seu ativo imobilizado para a realização de suas atividades operacionais e manutenção diária. Estas aquisições necessárias ao funcionamento da empresa acabam por gerar grande representatividade no Balanço Anual, tornando-se itens de extrema relevância para a contabilidade.

Com as alterações introduzidas pelo processo de convergência vem a instrução de que os ativos imobilizados submetidos ao Teste de Recuperabilidade, que por algum motivo adverso não mais demonstrarem capacidade de geração de benefícios futuros através do valor

expresso pelo seu custo de aquisição depreciado, devem ter contabilizados uma redução ao seu valor recuperável, reduzindo o valor dos ativos no Balanço Patrimonial e diminuindo o resultado do exercício do período em que a desvalorização for reconhecida. Com isto surge o seguinte questionamento: **Existem impactos econômicos nos Demonstrativos Financeiros da empresa objeto do estudo resultantes da aplicação do Teste de *Impairment*?**

Desta forma, centra-se o objetivo deste trabalho em evidenciar o processo de aplicação do Teste de Recuperabilidade (ou Teste de *Impairment*, como é mais conhecido) na empresa objeto do estudo, dando ênfase a identificação de impactos econômicos nos demonstrativos divulgados pela instituição decorrentes da utilização desta ferramenta contábil.

Para tanto se valeu de um estudo direcionado sobre os silos armazenadores de grãos de uma empresa de comércio de cereais da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, tendo como base a composição de seu imobilizado no ano de 2010, bem como sua situação no Balanço Patrimonial (BP) em Agosto de 2011, considerando principalmente o resultado econômico gerado no ano de 2010 decorrente da utilização destes ativos nos processos operacionais da empresa.

2. Referencial Teórico

2.1 Contabilidade: Conceito, objeto, objetivo e usuários

Resumidamente Padoveze (2010) define a contabilidade como o sistema de informação responsável pelo controle do patrimônio de uma entidade ou organização. Sobre tudo deve-se considerar que, enquanto Ciência Social, ela assume a forma de sistema para que sob este preceito seja possível controlar o patrimônio das organizações através de registros, contabilizações, mensuração e apuração de dados.

Com isso, o grande objetivo da contabilidade se finda no controle do patrimônio das empresas, gerando o máximo de informações possíveis e úteis para seus usuários acerca de atos, fatos e mudanças que ocorrem no mesmo, conforme Iudícibus (2010). Em suma, a finalidade destas informações é de auxiliar os usuários na tomada de suas decisões.

No tocante sobre o objeto de estudo, Martins e Carvalho (2011) afirmam que para Ciência Contábil este se define como a informação em sí, visto que ela centra-se no estudo das informações oriundas da própria ação de controle sobre patrimônio da organização,

destacando que as informações são necessárias para a gestão da entidade ou mesmo para prestação de contas sobre esta gestão.

Por ser um sistema de informação, a Ciência Contábil possui grande número de usuários interessados nas informações que produz, e que apresentam interesses variados e diferenciados. De uma forma geral, os usuários da contabilidade buscam as informações que necessitam nas Demonstrações Financeiras divulgadas pelas entidades, a fim de obter maior segurança na realização de seus negócios ou melhor acompanhamento sobre assuntos de seu interesse.

Portanto, compreendem os usuários da contabilidade toda pessoa física ou jurídica, que de uma forma ou de outra se utiliza ou se interessa pela contabilidade e pelas informações por ela geradas, tais como investidores, empregados, credores, fornecedores, governos e suas agências (ERNEST & YOUNG; FIPECAFI, 2009).

2.2. Órgãos Internacionais e as Normas Internacionais de Contabilidade

O atual Padrão de Normas Internacionais de Contabilidade decorre de um processo histórico e evolutivo, com o objetivo de criar um padrão contábil aceito universalmente capaz de tornar a contabilidade uma linguagem mais homogênea.

Atualmente o órgão normatizador responsável pelo Padrão Internacional de Contabilidade é o *International Accounting Standards Board* (IASB), conhecido como Conselho de Padrões de Contabilidade Internacional, emissor do *International Financial Reporting Standard* (IFRS), Padrão de Relatório Financeiro Internacional.

Contudo o processo de universalização da linguagem contábil teve como início a criação do *International Accounting Standards Committee* (IASC), Comitê de Pronunciamentos Contábeis Internacionais, cujos pronunciamentos técnicos denominavam-se *International Accounting Standard* (IAS), aceitos como o Padrão de Contabilidade Internacional.

Somente no ano de 2001 surge o IASB, órgão presente na estrutura do IASC e que assumiu a responsabilidade técnica do mesmo. Adotado como Padrão de Relatório Financeiro Internacional, os novos pronunciamentos de ordem técnica emitidos então pelo IASB no ano de 2004 conhecidos como IFRS acabaram surgindo como uma instrução revisada e complementar ao IAS. Ressalta-se que com este processo as IAS não se extinguíram, sendo muitas validades até o presente momento.

Juntamente a emissão das IFRS efetivamente inicia-se o processo de harmonização da linguagem contábil em âmbito mundial, principalmente através de sua adoção por uma série de Países Europeus. A contabilidade passa então a tornar-se mais homogênea, mais facilmente compreendida, melhorando e facilitando a realização de negócios internacionais e por consequência trazendo mais segurança ao mercado de investimentos.

2.3 Comitê de Pronunciamentos Contábeis

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), surgiu através da Resolução 1.055/05 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com a finalidade de produzir pronunciamentos, interpretações e orientações de ordem técnica que estivessem de acordo com as normas internacionais do *International Accounting Standards Board*.

Basicamente com a criação do CPC buscou-se uma forma de tornar o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade acerca dos Padrões Internacionais o mais compreensível quanto fosse possível pelos profissionais da área contábil.

O trabalho do Comitê centra-se no estudo, interpretação e compreensão das IFRS e IAS, buscando adequar as Normas Brasileiras de Contabilidade ao Padrão Internacional, em consequência tornando o CPC o principal órgão responsável pelo processo de convergência da contabilidade do Brasil acerca das IFRS.

Atualmente o Comitê de Pronunciamentos Contábeis é composto pelas seguintes entidades: Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA); Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC NACIONAL); Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM & BOVESPA SA.); Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuárias e Financeiras (FIPECAFI); e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011).

2.4 O Processo de Convergência aos Padrões Internacionais de Contabilidade e as mudanças na contabilidade brasileira.

No Brasil a adoção as IFRS teve início com a aprovação da Lei 11.638 no ano de 2007, revogando dispositivos contidos na lei 6.404 de 1976 e inserindo no país uma série de

mudanças e inovações nas disposições de natureza contábil. Dentre elas assuntos relacionados aos demonstrativos obrigatórios e também procedimentos técnicos contábeis.

Por consequência a nova lei veio reafirmar o papel do Comitê de Pronunciamentos Contábeis como órgão responsável pela normatização da contabilidade brasileira em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade.

As atividades do CPC concentraram-se em um profundo e exaustivo trabalho embasado nas IAS e IFRS do IASB, buscando criar normatizações de ordem nacional que atendessem as mesmas exigências presentes neste padrão, sem contudo deixar à parte a coerência com a realidade do Brasil. Assim o Comitê dá início à emissão de uma série de pronunciamentos de ordem técnica denominados CPC's, posteriormente transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade (através de resoluções aprovadas pelo CFC) e pronunciamentos de ordem da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) destinados à classes de empresas específicas.

Conforme Carvalho et al. (2011), entre as principais mudanças de natureza contábil introduzidas com a aprovação da Nova lei das Sociedades Por Ações destacam-se: A) a inserção do conceito de valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo; B) vedado a reavaliação espontânea de ativos, C) criação da conta Ajustes de Avaliação Patrimonial, onde devem ser registrados os aumentos ou diminuições nos ativos e passivos, como decorrência a avaliação do patrimônio a preço de mercado; D) extinção da conta Ativo Diferido, criando o grupo Ativo Intangível para os ativos não monetários identificáveis sem existência física; E) instituição obrigatória da aplicação periódica do teste de recuperabilidade de ativos.

Todas estas inovações, atendendo aos princípios das IAS e IFRS, trouxeram para o Brasil um novo sentido para a contabilidade. Anteriormente a contabilidade no país era mantida quase exclusivamente para o fisco, com a inserção dos novos procedimentos e técnicas finalmente a contabilidade passa a atender princípios gerenciais, culminando com o real objetivo da ciência contábil.

2.5 Teste de Recuperabilidade de Valor de Ativos Imobilizados – Teste de *Impairment*

O Teste de *Impairment* está ligado ao princípio fundamental de que os Demonstrativos Financeiros produzidos pela contabilidade das empresas devem evidenciar a real situação econômica das mesmas. Este é um dos objetivos das IFRS, e o caminho para o

qual convergiu a contabilidade brasileira ao criar e estabelecer novos procedimentos e técnicas contábeis capazes de assegurar maior qualidade e segurança nas informações contábeis existentes nos demonstrativos.

Surgindo no Brasil através da Lei 11.638/07 (Nova lei das Sociedades por Ações) e o processo de convergência da contabilidade do Brasil às Normas Internacionais de Contabilidade, a aplicação do teste acabou consolidada na Resolução CFC 1.292/10, a qual aprova a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, que tem por base o Pronunciamento Técnico CPC 01 R1 (versão revisada aprovada em 2010 do CPC 01) emitido em concordância com a IAS 36 do IASB.

Segundo Iudícibus (2010, p. 243) “umas das regras mais fundamentais da Contabilidade é a de que nenhum ativo pode ficar registrado contabilmente por mais do que vale”. Neste sentido o Teste de Recuperabilidade chega ao país em 2007 como uma técnica de mensuração utilizada para garantir que o valor do Ativo Imobilizado constante nas Demonstrações Financeiras esteja evidenciado em conformidade com o potencial retorno econômico que ele ainda é capaz de gerar para a empresa.

O Teste tem por base o conceito de que o valor contábil de um ativo não deve estar registrado no Balanço Patrimonial (BP), por uma quantia superior ao seu valor recuperável economicamente nos próximos anos. Caso ocorra esta situação a entidade deve reconhecer provisão para perdas por desvalorização, como conta redutora do ativo permanente, e em contrapartida lançar um débito no resultado do exercício (BRAGA E ALMEIDA, 2008).

Existindo a necessidade de reconhecer a redução no valor recuperável do ativo imobilizado, o Balanço Patrimonial efetivamente passaria a evidenciar o verdadeiro retorno econômico que os bens podem gerar para a entidade. Com isso garantindo melhor segurança na tomada de decisão interna e externa ao sistema empresarial, que é objeto de interesse de investidores, credores, sócios proprietários, funcionários e o governo.

Contudo considera-se que a necessidade de reconhecer uma perda por *impairment* é algo indesejável pelas organizações do ponto de vista gerencial, pois de uma forma mais rústica significaria dizer que, até então os demonstrativos da empresa basicamente distorciam a visão seus usuários, evidenciando um futuro retorno econômico gerado pelo uso de seu imobilizado que não condizia com a realidade. Embora levantada esta hipótese de impactos econômicos negativos para a empresa, o Teste de Recuperabilidade vem contrapor esta situação ao ponto que, em verdade ele é um método de mensuração de ativos, onde evidenciar

a real situação econômica das empresas além de ser seu objetivo é também o verdadeiro princípio da divulgação dos demonstrativos.

2.6 O processo de aplicação do Teste de *Impairment* e o reconhecimento da Perda por Desvalorização

Segundo Santos et al. (2003), os bens que compõem o imobilizado da organização serão testados ao menos uma vez a cada exercício social quando ocorrerem fatos ou eventos capazes de indicar que o valor contábil registrado não possa mais ser economicamente recuperado.

Este fato ocorre pela existência de uma desvalorização dos ativos, a qual é definida como uma série de motivos internos e externos à entidade capazes de gerar redução brusca e inesperada no valor recuperável do bem. Resumidamente a desvalorização torna o valor recuperável do imobilizado menor em comparação ao valor estimado no momento de sua aquisição para um dado período de tempo.

As evidências que caracterizam o processo de desvalorização têm caráter tanto externo como interno a organização, entre elas Lemes e Carvalho (2010) destacam a possibilidade de declínio significativo do valor de mercado do imobilizado, mudanças adversas da tecnologia, do mercado ou do ambiente econômico ou legal e aumento nas taxas de juros do mercado ou de taxas de retorno sobre investimentos.

Confirmada a existência de desvalorização inesperada do ativo é necessário o levantamento de seu valor recuperável, este definido como o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e o valor em uso de um ativo ou uma unidade geradora de caixa (MENDES, 2011).

Para tal, determina-se que o valor líquido de venda é obtido considerando uma suposta venda do ativo em transação com base comutativa, entre partes conhecedoras e interessadas, menos as despesas estimadas de venda. As despesas de venda ou de baixa são despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda ou à baixa de um ativo, excluindo as despesas financeiras e de impostos sobre o resultado gerado (BRAGA; ALMEIDA, 2008).

O valor recuperável mediante uso do imobilizado segundo Braga e Almeida (2008, p. 130) é “o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo.” Este conceito tem por pressuposto o fato de que toda a expectativa de benefício

econômico futuro que existe no momento da aquisição do ativo acaba se transformando em fluxos financeiros de caixa.

Ao elaborar o fluxo de caixa estimado tenta-se representar as entradas e saídas de valores que um bem ou grupo de bens geraria para a empresa quando utilizado em períodos de tempo futuros, os quais correspondem à recuperação líquida do investimento feito na aquisição do imobilizado. O valor líquido dos fluxos de caixa dos exercícios futuros são descontados através da utilização de uma taxa específica de desconto, a fim de determinar o valor presente destes fluxos, ou seja, considerar o valor do dinheiro no tempo.

A perda por redução no valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo, expresso no Balanço Patrimonial pelo seu custo de aquisição subtraído da depreciação acumulada até então constituída, excede seu valor recuperável determinado através do Teste de Recuperabilidade. Desta forma, quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável é necessário contabilizar esta diferença como despesa do exercício, em contrapartida como provisão retificadora do montante do ativo imobilizado constante no Balanço (PADOVEZE, 2010).

Com isso, a condição onde o valor contábil excede o valor recuperável (*Impairment Asset*) denomina-se redução no valor recuperável do ativo. Desta forma quando constituído o registro pela contabilidade desta redução diz-se que foi contabilizado uma redução no valor recuperável dos ativos testados. A Perda por *Impairment (Impairment Loss)* é a perda decorrente desse registro de redução no valor recuperável dos ativos (SANTOS et al., 2003).

É importante ressaltar que, caso o valor contábil do bem seja inferior ao valor recuperável diz-se que o bem passou no Teste de Recuperabilidade, sendo que neste caso não é necessária qualquer outra atitude.

Outro fator que merece bastante atenção é o fato de que uma vez a cada exercício social a entidade deve avaliar se existe qualquer evidência de que uma Perda por *Impairment* reconhecida em períodos anteriores não mais existe ou diminuiu. Caso exista qualquer evidência que isto tenha ocorrido, o valor recuperável do ativo deverá ser estimado, e se for o caso a perda revertida.

2.7 Divulgação de Informações – *Disclosure*

O fato de que a técnica do Teste de *Impairment* desenvolve-se em torno de uma série de pressupostos, projeções e estimativas de receitas e de lucros pode disponibilizar as empresas a possibilidade de manipulação de resultados (SOUZA et al., 2011).

Este fator torna a evidenciação (*disclosure*) das informações acerca da redução no valor recuperável dos ativos um assunto extremamente relevante para a contabilidade. Desta forma o CPC 01 R1 indica uma série de informações como obrigatórias nas notas explicativas sobre a aplicação do Teste, entre elas: taxas de descontos utilizadas, montante da desvalorização reconhecida e evidências que caracterizaram a desvalorização.

A evidenciação de informações é a forma pela qual os *stakeholders*¹ da contabilidade podem firmar suas opiniões acerca da empresa objeto de seu interesse, uma vez que através do nível de *disclosure* é possível obter fidedignidade de que o potencial retorno econômico que a organização obterá de seu ativo imobilizado em períodos futuros é o valor que está devidamente expresso em seu Balanço Patrimonial, fator este que torna o nível de *disclosure* tão importante.

3. Metodologia do Estudo

Em relação à metodologia utilizada na pesquisa realizada para o estudo, esta se caracterizou como descritiva, pois conforme Gil (2002) a pesquisa descritiva tem como objetivo a descrição e caracterização de determinada população ou fenômeno. Beuren (2004) complementa ao afirmar que o sentido de descrever neste caso tem o significado de identificar, relatar, comparar, entre outras definições, onde objetivo é orientar a coleta e interpretação dos dados e desta forma dar validade científica para a pesquisa.

No que concerne aos procedimentos técnicos definiu-se como estudo de caso e documental, utilizando-se de relatórios contábeis, relatórios gerenciais, notas fiscais, bem como demais documentos acerca dos silos armazenadores de cereais da empresa objeto de estudo, relacionados ao período que compreende o exercício social de 2010. A utilização deste período para o estudo deve-se ao fato deste ser um período relativamente recente, capaz de demonstrar as últimas políticas de investimento realizadas pela empresa bem como o

¹ Diversos interessados na contabilidade

recente desenrolar do cenário econômico nacional, tornando possível formular uma melhor base para a realização de projeções econômicas para os anos futuros.

No tocante sobre a Abordagem do problema o estudo se definiu como qualitativa, visto que de acordo com Beuren (2004) a abordagem qualitativa apresenta análises mais profundas sobre o fenômeno que esta sobre estudo, considerando esta como a forma mais adequada para abordar problemas relacionados a fenômenos sociais.

4. Análises e Discussões

Atualmente a empresa em estudo possui 53 silos metálicos destinados exclusivamente à armazenagem de grãos, principalmente soja, milho e trigo, atuando em uma região essencialmente agrícola. O comércio de cereais é a principal atividade da empresa, tornando indispensável a aquisição de tais bens, pois o processo operacional deste ramo consiste basicamente na secagem e armazenagem de grãos, depositados e posteriormente adquiridos de produtores rurais, para futura comercialização para a indústria no Brasil e em outros países.

A composição da atual estrutura de armazenamento da empresa desenvolveu-se através de uma política de investimentos voltada a maximização de sua capacidade de estocagem, onde é possível descrevê-la nos últimos anos da seguinte maneira: no ano de 2010 a empresa possuía 47 silos, efetuando novas aquisições em junho de 2011, passando a contar com 53 silos, destinados a armazenagens de grãos. Das estruturas armazenadoras existentes no imobilizado da organização, essencialmente todas as 53 unidades foram objeto do estudo.

4.1 Levantamento do Valor recuperável Mediante venda

Conforme abordado no referencial teórico, o agente causador da redução no valor recuperável dos ativos é a desvalorização do bem, cujo deriva de vários motivos que acabam tornado o valor contábil do imobilizado superior em relação sua capacidade de gerar retornos econômicos nos próximos anos. No caso estudado a suspeita de desvalorização do imobilizado estava associada a fatores como desgaste pelo elevado tempo de uso, incidentes tais como pequenos incêndios, além é claro das significativas mudanças que ocorreram no mercado econômico e tecnológico de um modo geral.

Partindo-se deste pressuposto foi levantado o valor de mercado dos 53 itens analisados, conforme orientação do CPC 01 R1, através de avaliação comercial efetuada pela empresa Silos Condor Ltda., considerada umas das principais fornecedoras e fabricantes de silos do Estado do Rio Grande do Sul.

Determinado o valor recuperável mediante uma possível venda dos bens, através da realização da avaliação comercial, os dados foram trabalhados no Software *Office Excel* através de um comparativo capaz de evidenciar diferenças entre o valor de mercado e valor contábil dos ativos expresso no Balanço Patrimonial (BP) da empresa na data de 31 de Agosto de 2011.

Através do comparativo realizado no software identificou-se que 37 dos silos analisados não apresentam desvalorização, pois seu valor de mercado é superior ao valor contábil existente no BP. Foram então observados 16 silos com valor contábil superior ao seu valor de mercado. O quadro 1 apresenta os bens com valor de mercado inferior ao valor contábil e a diferença existente entre ambos.

Silos com Valor Contábil Superior ao Valor de Mercado					
Descrição	Nº controle	Valor contábil	Valor de mercado	Diferença	
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3941	R\$ 369.823,25	R\$ 336.167,41	(R\$ 33.655,84)	
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3942	R\$ 348.471,53	R\$ 336.167,40	(R\$ 12.304,13)	
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	163211	R\$ 400.000,00	R\$ 220.538,90	(R\$ 179.461,10)	
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3565	R\$ 314.994,34	R\$ 220.538,90	(R\$ 94.455,44)	
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3566	R\$ 314.994,34	R\$ 220.538,90	(R\$ 94.455,44)	
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3567	R\$ 314.994,34	R\$ 220.538,90	(R\$ 94.455,44)	
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3568	R\$ 314.994,34	R\$ 220.538,90	(R\$ 94.455,44)	
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3569	R\$ 314.994,31	R\$ 220.538,90	(R\$ 94.455,41)	
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3552	R\$ 377.693,98	R\$ 220.538,90	(R\$ 157.155,08)	
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3553	R\$ 377.693,98	R\$ 220.538,90	(R\$ 157.155,08)	
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3554	R\$ 377.693,98	R\$ 220.538,90	(R\$ 157.155,08)	
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3555	R\$ 377.693,98	R\$ 220.538,90	(R\$ 157.155,08)	
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3556	R\$ 377.693,98	R\$ 220.538,90	(R\$ 157.155,08)	
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3557	R\$ 377.693,98	R\$ 220.538,90	(R\$ 157.155,08)	
SILO P/ CEREAIS KEPLER WEBER	1076	R\$ 71.962,03	R\$ 53.794,04	(R\$ 18.167,99)	
SILO P/ CEREAIS KEPLER WEBER	1079	R\$ 69.164,29	R\$ 53.794,04	(R\$ 15.370,25)	
Total	16 silos	-	R\$ 5.100.556,65	R\$ 3.426.389,69	(R\$ 1.674.166,96)

Quadro 1: Bens com Valor Contábil superior ao Valor de Mercado e diferença existente entre ambos.

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme as orientações do CPC 01 R1, caso o valor recuperável em venda ou em uso do bem testado seja superior ao valor contábil não é necessário tomar qualquer atitude relacionada à Perda por *Impairment* pois, determina-se a inexistência da mesma. Portanto, determinou-se que 37 ativos passaram no Teste de *Impairment*, tornando desnecessário

estimar o seu valor recuperável em uso pela organização, por consequência restringindo a continuação do teste apenas aos 16 bens existentes no quadro 1.

4.2 Estimativa do Valor Recuperável em uso

Para determinar o valor recuperável em uso pela organização para os 16 silos imobilizados com valor contábil superior ao valor de mercado foi considerado o demonstrativo gerencial que representa resultados de ordem econômica diretamente atribuíveis à utilização de cada silo no ano de 2010. Em relação ao período adotado para a análise, considerou-se tal mais adequado a realização do estudo devido o mesmo ser um período que contém as últimas políticas de investimentos da empresa e principalmente por estar incluído em um cenário econômico histórico que melhor se equipara ao existente no ano de 2011, tornando possível uma melhor projeção para anos futuros.

Embora os silos sejam a unidade armazenadora da empresa, que é a peça fundamental no ramo de comércio de grãos e ponto final do processo operacional antes da venda dos produtos, eles não representam a totalidade do imobilizado da empresa e em consequência não são os únicos bens necessários a operacionalização das atividades diárias da organização. A cerealista considera que das receitas, custos e despesas relacionados a atividade de comércio de grãos, podem ser atribuídos apenas uma estimativa de percentual a realização econômica efetuada pela utilização dos silos metálicos, representada pelo seu custo aquisição sobre o custo de aquisição total do mobilizado.

Partindo deste pressuposto a organização estima, através de um demonstrativo de resultados de cunho exclusivamente gerencial, receitas, custos e despesas consideradas como diretamente relacionadas a cada silo imobilizado nos últimos 5 anos. Este demonstrativo disponibilizado pela empresa é apresentado no quadro 2.

Estimativa de Resultado Econômico para cada silo					
Ano	2006	2007	2008	2009	2010
REC.OP.BRUTA	344.818,64	530.082,29	480.995,95	1.003.946,80	1.007.281,18
Vendas Produto	342.144,46	528.104,32	479.351,20	995.018,77	990.357,95
Serviços	2.674,18	1.977,97	1.644,75	8.928,03	16.923,23
Deduções	(497,44)	(1.487,29)	(188,72)	(9.333,93)	(9.128,02)
ICMS sobre vendas	(417,21)	(1.427,95)	(139,38)	(9.066,09)	(8.620,32)
ISS	(80,23)	(59,34)	(49,34)	(267,84)	(507,70)
(=) RECEITA LÍQUIDA	344.321,20	528.594,99	480.807,23	994.612,87	998.153,15
(-) CMV	(251.154,27)	(412.871,03)	(388.956,41)	(737.300,64)	(729.455,73)
(=) LUCRO BRUTO	93.166,93	115.723,97	91.850,82	257.312,23	268.697,42
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(47.287,46)	(53.457,15)	(39.728,63)	(83.955,17)	(103.881,06)
Despesas com pessoal	(11.975,07)	(11.270,80)	(9.694,10)	(21.053,36)	(20.504,28)
Gastos com serviços contratados	(3.161,03)	(2.823,35)	(2.441,26)	(4.571,88)	(6.098,94)
Gastos com Conservação e Manutenção	(10.446,50)	(10.697,13)	(8.317,87)	(19.702,54)	(22.311,99)
Gastos Gerais	(21.704,85)	(28.665,88)	(19.275,40)	(38.627,40)	(54.965,84)
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	45.879,48	62.266,81	52.122,19	173.357,06	164.816,36

Quadro 2: Demonstrativo de Resultado estimado para cada silo nos últimos cinco anos.

Fonte: Dados fornecidos pela empresa

A evidenciação do demonstrativo no quadro 2 vem apresentar o retorno econômico já obtido por cada silo nos últimos anos, sendo estes dados utilizados como instrumento de fundamentação histórica para a projeção estimada das contas de receitas, custos e despesas nos cinco anos posteriores a 2010.

Como forma de efetuar as projeções estimadas do retorno econômico a ser gerado por cada silo entre os anos de 2011 a 2015 foram consideradas as seguintes premissas básicas: expectativa de crescimento no volume das vendas, expectativa no aumento do preço de venda, estimativa de aumento nos custos de aquisição dos produtos e projeção do aumento de despesas fixas e variáveis diretamente atribuíveis aos ativos analisados. A partir da formulação destas premissas e considerando demais informações acerca da organização objeto do estudo foi formulado o cenário econômico futuro para cada um dos 16 bens imobilizados.

Neste ponto do estudo é importante ressaltar que, todas as estimativas foram elaboradas considerando valores relativos a um silo armazenador, portanto refletem estimativas individuais atribuíveis a cada um dos 16 silos. Todos os cálculos realizados para elaboração das projeções foram efetuados através do Software Office Excel, tendo como ponto de partida o ano de 2010, utilizando o ano imediatamente anterior como base para a correção dos valores nos demais anos. Em relação aos percentuais de crescimento estimados, estes foram elaborados através das premissas básicas pré-estabelecidas, considerando dados

históricos da organização e demais informações pertinentes ao estudo, sendo baseados na atual estrutura imobilizada da empresa.

Como ponto de partida na realização das projeções fora estimado o crescimento do faturamento das três espécies de grãos comercializadas pela entidade através da composição entre a estimativa no crescimento da quantidade de produtos vendidos e a expectativa no aumento do preço de venda dos grãos. Resultou-se no quadro 3, onde é apresentado o faturamento estimado dos produtos em 5 anos, bem como o percentual de aumento estipulado ao volume de venda e preço praticado:

Projeção do faturamento (emR\$)					
Produto	2011	2012	2013	2014	2015
Soja	821.323,95	888.261,85	960.655,19	1.038.948,59	1.123.622,90
Milho	40.359,98	43.649,31	47.206,73	51.054,08	55.214,99
Trigo	250.983,23	271.438,37	293.560,59	317.485,78	343.360,87
Total	1.112.667,15	1.203.349,53	1.301.422,51	1.407.488,45	1.522.198,76
Expectativa no aumento das vendas	5,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Expectativa de aumento do preço de venda	7,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%

Quadro 3: Estimativa de Faturamento para os próximos anos
Fonte: Elaborado pelo Autor

Ao elaborar o percentual representativo no aumento do volume de vendas foi levado em consideração a capacidade do volume de estocagem anual da entidade e a quantidade histórica de estocagem realizada. Para a expectativa do aumento de preço de venda foram adotados percentuais próximos ao índice de aumento da inflação do país, conforme expectativa da empresa.

Em relação a receita com serviços, foi adotada a mesma estimativa de crescimento do volume de vendas, pois segundo a organização esta atividade deve apresentar uma tendência semelhante a realização das vendas nos próximos anos, desta maneira chegando-se ao quadro 4:

Estimativa de Receita com Serviços de Armazenagem(emR\$)					
Produto	2011	2012	2013	2014	2015
serviços	17.769,39	18.302,47	18.851,55	19.417,09	19.999,61
Percentual estimado de crescimento	5%	3%	3%	3%	3%

Quadro 4: Estimativa da Receita com serviços
Fonte: Elaborado pelo autor

Para a determinação das deduções, onde estão alocados o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre a venda de trigo, e o Imposto Sobre Serviços (ISS) incidente sobre a receita com serviços prestados, adotou-se para o ISS a alíquota de 3% sobre o faturamento de serviços do ano, conforme alíquota estabelecida pelos municípios, e em relação ao ICMS a alíquota correspondente ao percentual representado pela despesa de ICMS sobre o faturamento de trigo relativos ao ano imediatamente anterior.

Em contra partida ao preço de venda fora efetuada a projeção no aumento do preço de compra dos produtos, o qual refletiu na estimativa de Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) para os anos de 2011 à 2015. Em suma a projeção do CMV é resultado do aumento estimado no volume das vendas e do custo de aquisição dos produtos. Como forma de tornar a compra e venda dos produtos favoráveis no decorrer do período, além desta ser uma política da empresa para os próximos anos, foi determinado que o aumento do custo de aquisição dos produtos deveria representar em média 81% do aumento no preço de venda. Resultou-se então no quadro 5, onde consta a projeção de aumento do CMV da organização:

Estimativa de CMV (em R\$)					
Produto	2011	2012	2013	2014	2015
Soja	(661.540,87)	(708.642,58)	(759.097,94)	(813.145,71)	(871.041,68)
Milho	(35.102,45)	(37.601,75)	(40.278,99)	(43.146,85)	(46.218,91)
Trigo	(115.240,90)	(123.446,05)	(132.235,41)	(141.650,57)	(151.736,10)
Total	(811.884,23)	(869.690,39)	(931.612,34)	(997.943,14)	(1.068.996,69)
Expetativa no aumento das vendas	5,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Estimativa de aumento dos custo de aquisição	6,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%

Quadro 5: Estimativa de aumento do CMV

Fonte: Elaborado pelo autor

Chegando a realização das despesas futuras diretamente atribuíveis a cada silo fora necessário a separação destas entre despesas fixas e despesas variáveis. Em se tratando das despesas fixas, estas compreendem os gastos com salários e ordenados além da despesa com a depreciação do silo constituída durante o ano. Para estimar o aumento do valor das despesas com pessoal considerou-se como fator de correção o aumento da inflação do país, traduzido pelo Índice de Preços a Consumidor (IPCA) divulgado pelo Banco Central do Brasil. Demonstra-se no quadro de número de 6 a correção das despesas fixas:

Projeção do aumento das despesas fixas (emR\$)					
-	2011	2012	2013	2014	2015
Salários e ordenados	(21.410,57)	(22.356,92)	(23.345,10)	(24.376,95)	(25.454,41)
Depreciação	(7.121,98)	(7.121,98)	(7.121,98)	(7.121,98)	(7.121,98)
Total	(28.532,55)	(29.478,90)	(30.467,07)	(31.498,92)	(32.576,39)
IPCA	4,42%	4,42%	4,42%	4,42%	4,42%

Quadro 6: Projeção da realização das despesas fixas.

Fonte: Elaborado pelo autor

Logicamente as despesas variáveis, compreendidas pelos serviços contratados, gastos de manutenção e conservação e gastos gerais, foram relacionadas com o aumento do volume estimado de vendas. Na determinação destas despesas foi adotado como critério o crescimento das despesas variáveis unitárias de forma proporcional a expectativa de crescimento no volume de vendas, multiplicado pela quantidade total de vendas projetadas para o ano, sendo os gastos unitários variáveis considerados de forma igualitária para os três produtos. Salienta-se que nesta projeção o valor da depreciação reconhecida como despesa não fora utilizada para determinar o custo unitário variável, pois embora ela tenha sido apresentada dentro do grupo de Gastos Gerais no Demonstrativo de Resultados dos exercícios anteriores, classifica-se esta como uma despesa fixa. Desta forma, obteve-se o quadro de número 7:

Projeção do aumento das despesas variáveis (emR\$)					
-	2011	2012	2013	2014	2015
Despesas Variáveis	(84.070,92)	(89.190,84)	(94.622,56)	(100.385,07)	(106.498,52)
Estimativa de aumento do custo unitário variável	5%	3%	3%	3%	3%

Quadro 7: Projeção da realização das despesas variáveis

Fonte: Elaborado pelo autor

Faz-se necessário enfatizar que a redução de todos percentuais de crescimento estimados nos anos de 2012 a 2015 em comparação ao exercício de 2011 deve-se ao fato de que se tratam de cenários econômicos instáveis, onde é plausível a adoção de uma visão mais conservadora pela entidade.

Através das estimativas de projeção de receitas, custos e despesas diretamente atribuíveis a cada silo imobilizado, tornou-se possível efetuar a montagem de um Demonstrativo de resultados projetado para cada silo nos exercícios sociais de 2011 à 2015, onde é possível observar a expectativa de resultado econômico líquido a ser gerado por cada bem nos próximos anos (quadro 8).

Estimativa de Resultado Econômico para cada silo					
Ano	2011	2012	2013	2014	2015
REC.OP.BRUTA	1.130.436,55	1.221.652,00	1.320.274,06	1.426.905,54	1.542.198,36
Vendas Produto	1.112.667,15	1.203.349,53	1.301.422,51	1.407.488,45	1.522.198,76
Serviços	17.769,39	18.302,47	18.851,55	19.417,09	19.999,61
Deduções	(9.748,08)	(10.515,10)	(11.343,80)	(12.239,20)	(13.206,69)
ICMS sobre vendas	(9.215,00)	(9.966,02)	(10.778,26)	(11.656,68)	(12.606,70)
ISS	(533,08)	(549,07)	(565,55)	(582,51)	(599,99)
(=) RECEITA LÍQUIDA	1.120.688,46	1.211.136,90	1.308.930,26	1.414.666,35	1.528.991,67
(-) CMV	(811.884,23)	(869.690,39)	(931.612,34)	(997.943,14)	(1.068.996,69)
(=) LUCRO BRUTO	308.804,23	341.446,52	377.317,92	416.723,21	459.994,98
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(112.603,47)	(118.669,73)	(125.089,63)	(131.884,00)	(139.074,91)
Despesas Fixas	(28.532,55)	(29.478,90)	(30.467,07)	(31.498,92)	(32.576,39)
Despesas Variáveis	(84.070,92)	(89.190,84)	(94.622,56)	(100.385,07)	(106.498,52)
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	196.200,77	222.776,79	252.228,29	284.839,21	320.920,07

Quadro 8: Demonstrativo de Resultados projetado para cada silo Imobilizado

Fonte: Elaborado pelo autor

Para a realização do estudo o resultado econômico projetado apresentado no quadro 8 foi reconhecido como entradas e saídas financeiras diretamente atribuíveis a cada ativo, devido ao fato de que a empresa não dispunha de informações de tal cunho capazes de contribuir a realização do estudo. Desta forma, o demonstrativo de resultado estimado para os próximos anos passou a ser tratado como fluxo de caixa projetado diretamente atribuível a cada silo, e o resultado líquido do exercício passou a ser reconhecido como resultado líquido de caixa estimado para cada ano.

Como forma de considerar o valor do dinheiro no tempo e trazer os fluxos de caixa projetados ao valor presente, conforme orienta o CPC 01 R1, foi utilizada a Taxa SELIC (taxa básica de juros da economia brasileira) mantida pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) em 11,50% ao ano, especificadamente no mês de setembro de 2011. A taxa de foi então trabalhada de forma a representar o desconto necessário no fluxo de cada ano para eles representassem sua situação líquida na data de 15 de setembro de 2011, ou seja, obter o valor líquido da projeção das entradas e saídas de caixa no momento da Aplicação do Teste de *Impairment* e assim determinador o valor recuperável do imobilizado mediante o seu uso.

O valor líquido das entradas e saídas financeiras projetadas para cada silo foram então descontadas de acordo a taxa SELIC ajustada para cada ano. Desta forma obteve-se o resultado do fluxo de caixa descontado (quadro 9), conforme normatiza o CPC 01 R1,

determinado como o valor recuperável em uso dos 16 ativos no momento de aplicação do teste.

Fluxo de Caixa Descontado			
Ano	Fluxo líquido estimado	Taxa de Desconto	Valor Líquido Descontado
2011	R\$ 196.200,77	1,1150	R\$ 175.964,82
2012	R\$ 222.776,79	1,2432	R\$ 179.196,26
2013	R\$ 252.228,29	1,3862	R\$ 181.956,64
2014	R\$ 284.839,21	1,5456	R\$ 184.290,38
2015	R\$ 320.920,07	1,7234	R\$ 186.213,34
Total			R\$ 907.621,43

Quadro 9: Fluxo de caixa descontado à taxa específica.

Fonte: Elaborado pelo autor

Através da projeção de fluxo de caixa descontado apresentada no quadro 9 definiu-se como valor recuperável estimado em uso para cada um dos 16 silos imobilizados a quantia de R\$ 907.621,43. Ressalta-se que na projeção dos fluxos não foram consideradas receitas e despesas decorrentes da venda ou baixa dos bens, pois segundo a organização no caso analisado essas suposições são nulas, inexistentes ou mesmo indetermináveis devido as características físicas dos ativos bem como o processo operacional ao qual eles são submetidos.

4.3 Determinação do Valor Recuperável e da Perda por *Impairment*

Estabelece o CPC 01 R1 que o valor recuperável de um ativo é o maior valor encontrado entre o Valor Recuperável mediante uso ou venda do bem. Para tal problemática foram trabalhados no Software Office Excel os valores determinados como recuperáveis em uso (VR em uso) e mediante suposta venda (VR em venda) de cada silo, para obter o maior valor entre ambos (quadro 10).

Comparação entre o Valor recuperável em venda e em uso de cada silo				
Descrição	Nº controle	VR em uso	Maior ou menor	VR em venda
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3941	R\$ 907.621,43	>	R\$ 336.167,41
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3942	R\$ 907.621,43	>	R\$ 336.167,40
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	163211	R\$ 907.621,43	>	R\$ 220.538,90
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3565	R\$ 907.621,43	>	R\$ 220.538,90
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3566	R\$ 907.621,43	>	R\$ 220.538,90
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3567	R\$ 907.621,43	>	R\$ 220.538,90
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3568	R\$ 907.621,43	>	R\$ 220.538,90
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3569	R\$ 907.621,43	>	R\$ 220.538,90
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3552	R\$ 907.621,43	>	R\$ 220.538,90
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3553	R\$ 907.621,43	>	R\$ 220.538,90
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3554	R\$ 907.621,43	>	R\$ 220.538,90
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3555	R\$ 907.621,43	>	R\$ 220.538,90
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3556	R\$ 907.621,43	>	R\$ 220.538,90
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3557	R\$ 907.621,43	>	R\$ 220.538,90
SILO P/ CEREAIS KEPLER WEBER	1076	R\$ 907.621,43	>	R\$ 53.794,04
SILO P/ CEREAIS KEPLER WEBER	1079	R\$ 907.621,43	>	R\$ 53.794,04

Quadro 10: Comparação entre o Valor recuperável em uso e mediante venda de cada silo
Fonte: Elaborada pelo autor

Conforme observado no quadro 10, ficou determinado que o valor recuperável em uso é o valor recuperável de cada bem, visto que ele é o maior em comparação ao valor de mercado dos silos.

Determinado o valor recuperável, este fora comparado (novamente através do Software Office Excel) com o valor contábil dos ativos, como forma de evidenciar diferenças a maior do segundo sobre o primeiro e desta maneira verificar a possível necessidade de Redução ao Valor Recuperável dos silos armazenadores, a qual por conseqüência gera impactos econômicos nos Demonstrativos Financeiros, caracterizando-se como uma Perda por *Impairment*. Neste ponto é necessário salientar que a redução ao valor recuperável deve ocorrer somente nos casos em que após a realização do Teste de Recuperabilidade (Teste de *Impairment*) o valor recuperável estimado para cada ativo for inferior ao custo de aquisição depreciado (valor contábil), devendo ser reconhecida como perda a diferença entre os dois valores, registrada pela contabilidade como conta redutora do ativo em contra partida à uma despesa do exercício corrente.

Para tal problemática apresenta-se a comparação realizada entre o Valor contábil e o valor recuperável dos silos através do quadro 11:

Comparação Entre Valor Contábil e Valor Recuperável de Cada Bem				
Descrição	Nº controle	VR em uso	Maior ou menor	Valor Contábil
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3941	R\$ 907.621,43	>	R\$ 369.823,25
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3942	R\$ 907.621,43	>	R\$ 348.471,53
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	163211	R\$ 907.621,43	>	R\$ 400.000,00
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3565	R\$ 907.621,43	>	R\$ 314.994,34
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3566	R\$ 907.621,43	>	R\$ 314.994,34
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3567	R\$ 907.621,43	>	R\$ 314.994,34
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3568	R\$ 907.621,43	>	R\$ 314.994,34
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3569	R\$ 907.621,43	>	R\$ 314.994,31
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3552	R\$ 907.621,43	>	R\$ 377.693,98
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3553	R\$ 907.621,43	>	R\$ 377.693,98
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3554	R\$ 907.621,43	>	R\$ 377.693,98
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3555	R\$ 907.621,43	>	R\$ 377.693,98
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3556	R\$ 907.621,43	>	R\$ 377.693,98
SILO ARMAZENADOR AERADO METALICO	3557	R\$ 907.621,43	>	R\$ 377.693,98
SILO P/ CEREAIS KEPLER WEBER	1076	R\$ 907.621,43	>	R\$ 71.962,03
SILO P/ CEREAIS KEPLER WEBER	1079	R\$ 907.621,43	>	R\$ 69.164,29

Quadro 11: Comparativo entre o Valor Contábil e Valor Recuperável de cada ativo analisado

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme o quadro 11, todos os silos analisados apresentam valor recuperável superior ao custo de aquisição depreciado. Este fato deve-se a grande capacidade que os mesmos possuem de gerar retornos financeiros líquidos para empresa, que acabam elevando seu valor recuperável em uso e como consequência tornando o retorno econômico superior ao investimento realizado para sua aquisição.

5. Considerações Finais

O Teste de *Impairment* surge no Brasil como uma ferramenta de mensuração de ativos, garantindo a veracidade das informações contidas nos Demonstrativos Financeiros divulgados pelas empresas. Este fato deve-se a capacidade do teste de evidenciar se as informações contidas no Balanço Patrimonial, expressos pelos valores registrados, representam o potencial retorno econômico que os bens da entidade são capazes de gerar, com isto visando atender aos princípios fundamentais da Ciência Contábil.

O presente estudo buscou aprofundar conhecimentos sobre esta nova ferramenta contábil, surgida no país através da Lei 11.638/07 e consolidada pelo Pronunciamento CPC 01 R1, visando dirimir dúvidas relativas à sua aplicação para facilitar sua utilização pelos profissionais da área contábil, bem como efetuar sua execução prática. Desta forma, após a

revisão de leitura e análise dos resultados foi possível colher informações e evidências capazes de formular respostas ao problema que direcionou os esforços deste trabalho.

Observou-se que o valor contábil dos silos imobilizados em determinadas situações encontra-se registrado a maior em comparação ao seu dado valor justo. Contudo, o retorno econômico proporcionado para a empresa pela aquisição de tais bens apresenta-se em valores superiores ao investimento necessário à aquisição de cada silo. Este fator faz com que seja possível afirmar que o Balanço Patrimonial da empresa analisada evidencia valores que não super avaliam o retorno econômico gerado pela utilização dos silos armazenadores em seus processos operacionais, ao ponto que o retorno econômico futuro é maior que os valores expressos pelo imobilizado no demonstrativo estático.

Com isto, determina-se que todos os silos imobilizados da empresa “passaram” no Teste de *Impairment*, como consequência inexistindo a necessidade de reconhecimento de perdas pela contabilidade, onde o resultado da aplicação do Teste não faz alusão à qualquer impacto econômico sobre os Demonstrativos da empresa objeto do estudo. De forma complementar salienta-se que não é necessária a divulgação de qualquer informação nas notas explicativas da organização sobre a realização do Teste, visto que não será reconhecida nenhuma redução decorrente de Perdas por *Impairment* no valor imobilizado do Balanço Patrimonial.

O fato de que o valor de mercado dos silos apresenta-se menor em comparação ao custo de aquisição depreciado em determinados casos é uma informação que acaba possuindo pouca significância como uma informação contábil, pois o retorno econômico realizado pela utilização dos silos imobilizados acaba superando esta diferença, apontando uma possível “desvantagem” a longo prazo caso ocorresse a venda dos mesmos no presente momento.

Ponderadamente é sugerível que o valor recuperável estimado para cada silo seja utilizado como uma importante informação gerencial, destinada principalmente a tomada de decisões pela empresa na realização de novos investimentos.

6. Referências

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Mudanças contábeis na lei societária: lei nº 11.638, de 28-12-2007**. São Paulo: Atlas, 2008.

CARVALHO et al.. Impactos de alterações nas práticas contábeis nos indicadores financeiros das empresas brasileiras, 2011. Disponível em <http://www.congressosp.fipecafi.org/lista-trabalhos-aprovados-2011.asp>. Acesso em 7 de junho de 2011.

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTABEIS - CPC. Disponível em <http://www.cpc.org.br> . Acesso em 15 de Maio de 2011.

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTABEIS. **CPC Nº 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos**. Disponível em <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC01R1.pdf>. Acesso em 25 de Maio de 2011.

ERNST & YOUNG E FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus Normas Brasileiras**. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade introdutória**. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEMES, Sirlei; CARVALHO, L. Nelson. **Contabilidade Internacional Para Graduação**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eric Aversi; CARVALHO, L. Nelson. **Ciência da Contabilidade: uma proposta de objetivo e objeto**, 2011. Disponível em <http://www.congressosp.fipecafi.org/lista-trabalhos-aprovados-2011.asp>. Acesso em 03 de junho de 2011.

MENDES, Wagner. **Ativo Imobilizado (CPC 27) e Ativo Intangível (CPC 04)**. 4. Vol. São Paulo: IOB, 2011.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, J. et al. **Teste de Impairment para ativos de longa duração: tratamento contábil de acordo com o sfas nº 144, 2003**. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/11679>. Acesso em 17 de Janeiro de 2011.

SOUZA et al.. Perda no valor recuperável de ativos: fatores explicativos do nível de evidência das empresas de capital aberto brasileiras, 2011. Disponível em <http://www.congressosp.fipecafi.org/lista-trabalhos-aprovados-2011.asp>. Acesso em 7 de Junho de 2011.